



91x

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 235397-1
APELANTE: SÉRGIO BARBOSA PEREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL – APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO ACUSADO - CRIME DE ROUBO - ARTIGO 157, §2º, II DO CÓDIGO PENAL – RAZÕES PUGNANDO PELA ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS E, SUBSIDIARIAMENTE, A REDUÇÃO DA PENA – MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS – RÉU CONFESSO - CONDENAÇÃO MANTIDA - DOSIMETRIA DA PENA CORPORAL MANTIDA - ALTERADO MONTANTE DA PENA DE MULTA, O REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA E EXCLUÍDA A INDENIZAÇÃO À VÍTIMA - EXTENSÃO AO CORRÉU - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

1. Sendo o réu confesso e tendo a vítima o identificado como autor do delito, inviável a absolvição.
2. Pena corporal aplicada de acordo com os ditames legais (arts. 59 e 68 do CP), posto que fixada apenas 06 (seis) meses acima do mínimo legal, com base em duas circunstâncias judiciais desfavoráveis. Além disso, foram reconhecidas e aplicadas as atenuantes da confissão e da menoridade relativa e, na terceira fase, aumentada a pena na fração mínima de 1/3, ante a presença da majorante do inciso II, do § 2º, do art. 157 do CP.
3. Como é cediço, nos casos de sanção monetária, a jurisprudência tem se firmado no sentido de que ela deve guardar relação com os ditames do art. 68 do Código Penal, ao passo que o valor do dia multa deve guardar proporcionalidade com a situação econômica do sentenciado. Pena de multa fixada muito além do mínimo legal, em descompasso com a pena corporal fixada. Pena de multa reduzida para 60 (sessenta) dias multa.
4. "A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea". Súmula nº 719 do STF. Alteração para o regime semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, b, do CP.
5. Em que pese o fato delituoso ter ocorrido após a vigência da Lei nº 11.719/08, é imprescindível pedido expresso e o consequente contraditório para possibilitar a fixação da indenização prevista no art. 387, IV, do CPP.
6. Nos termos do art. 580 do CPP, estendem-se os efeitos da presente decisão ao correu não apelante, por encontrar-se na mesma situação fático processual do ora recorrente.



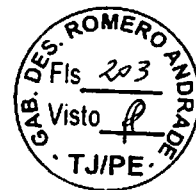
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Criminal nº 235.397-1, da 11ª Vara Criminal da Capital, em que figuram, como apelante, SÉRGIO BARBOSA PEREIRA e, como apelado, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, em DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso do acusado, estendendo-se os efeitos ao corrêu, nos termos do art. 580 do CPP, tudo consignado no relatório, voto e notas taquigráficas, que fazem parte deste julgado.

Recife, 24 de maio de 2014


Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0235397-1
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
COMARCA: RECIFE (11ª VARA CRIMINAL)
APELANTE: SÉRGIO BARBOSA PEREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
PROCURADOR DE JUSTIÇA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação criminal interposto por **SÉRGIO BARBOSA PEREIRA** contra a sentença de fls. 152/155, que o condenou nas sanções do artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal.

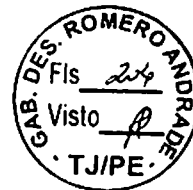
Inicialmente, o apelante **SÉRGIO BARBOSA PEREIRA** foi denunciado, juntamente com **IVANILDO DO NASCIMENTO ALEIXO**, sob a acusação de ter, no dia 09.03.2010, com unidade de designios, mediante ameaça, subtraído para si o veículo **FIAT Uno**, de placa **KLG-2488**, conforme depoimento de fls. 04 e BO de fls. 08/10 dos autos.

Acresce que os acusados ingressaram no táxi da vítima e pediram para ir ao Bar Talismã, próximo ao Aeroporto dos Guararapes, quando, próximo à DHPP, os denunciados anunciaram o assalto, colocando a mão na bolsa da vítima. Assustada, a mesma saiu do seu veículo e fugiu.

O veículo foi encontrado abandonado na Avenida Recife e um cidadão não identificado informou que os denunciados encontravam-se no Bar da Fofa. Em seguida, acompanhados da vítima, os policiais foram ao bar e, após a vítima ter reconhecido os assaltantes, os mesmos foram presos.

Cumpridos os trâmites de estilo, foi prolatada sentença condenatória em 03 de dezembro de 2010 (fls. 152/155), fixando, em relação ao ora recorrente, a pena definitiva de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, além de 150 (cem e cinquenta) dias-multa.

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE

Recurso apelatório interposto pela defesa, com razões acostadas às fls. 182/186, através do Bel. José Félix de Lima Santos, OAB/PE 16.956, pugnando pela absolvição do réu e, subsidiariamente, o abrandamento da pena.

Contrarrazões apresentadas pelo Promotor de Justiça, Dr. José Ramon Simons Tavares de Albuquerque (fls. 193/196), pugnando pela manutenção da sentença apelada, permanecendo a decisão monocrática intacta.

A eminente Procuradora de Justiça, Dra. Janeide Oliveira de Lima, ofereceu parecer às fls. 199/200, **opinando pelo não provimento** ao apelo do acusado SÉRGIO BARBOSA PEREIRA.

O apelante aguarda o julgamento do recurso preso, consoante guia de recolhimento provisória, às fls. 169.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 19 de julho de 2011.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

LGV/MEAC



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 235397-1
APELANTE: SÉRGIO BARBOSA PEREIRA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO DO RELATOR

Analisando as razões do recurso interposto por **SÉRGIO BARBOSA PEREIRA**, percebo que a insurgência não merece prosperar. Senão vejamos.

Pugnou o recorrente pela absolvição, sob o argumento de que o corpo probatório não apresenta subsídios suficientes para firmar uma condenação.

Compulsando os autos, coaduno com a linha de raciocínio firmada pela Procuradoria de Justiça Criminal. É incontroverso que o apelante praticou a conduta delitiva, pois além de ser **réu confesso**, a vítima o reconheceu.

Para melhor esclarecer os fatos, as declarações da vítima Antônio Correia da Silva (fls. 120/121):

que é taxista; que na data, hora e local descrito na denúncia estava trabalhando como taxista quando ao chegar próximo ao mercado de Afogados, um rapaz dera parada com a mão, sendo este indicado como o acusado Sérgio, que estava acompanhado do outro acusado; que o acusado apontado como Sérgio Barbosa solicitara uma corrida para a boate Talismã que fica em frente ao aeroporto; QUE assim que adentraram no veículo o acusado Sérgio ficara no banco do passageiro, ao lado dele, vítima, e o acusado Ivanildo ficara no bando de trás (...); que o acusado Sérgio ficava ao telefone celular dizendo que estava chegando ao local, com alguém que não sabe identificar; que logo no início da Imbiribeira o acusado Sérgio solicitara que entrasse em



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

determinada rua, e que, sem explicação a vítima ficara assustada, não sabendo esclarecer os motivos, mas suspeitando de algo; que no momento em que se negara a seguir viagem o acusado Sérgio anunciou o assalto colocando a mão dentro da bolsa que levava simulando uma arma e dizendo que era um assalto; que assim que o assalto fora anunciado ele, vítima, abriu a sua porta e correu, reagindo a investida; [...]

As testemunhas de acusação, quando ouvidas em Juízo, afirmaram:

(...) que não conhecia os acusados; que foram solicitados pelo CIDOS com a informação de que havia sido roubado um táxi, e o crime teria se dado próximo ao DHPP na Imbiribeira; [...] que quando aguardava o guincho um taxista informara que os responsáveis pelo roubo encontravam-se num bar bebendo, em frente ao aeroporto; [...] que ao chegar no bar acompanhado da vítima os dois acusados estavam bebendo numa mesa no meio da rua; que a vítima reconheceu prontamente os acusados; que com o acusado Sérgio fora encontrado o celular, reconhecido pela vítima, pouco mais de R\$60,00 em espécie e um caderno. Que com o acusado Ivanildo foi encontrada a frente de um rádio [...] (fls. 122– Danilo Henrique Pereira).

(...) que não conhecia os acusados antes do fato; que é motorista da viatura e houve uma denúncia de um táxi roubado; que posteriormente o carro foi abandonado na Av. Recife; que ao chegar ao local constataram o abandono do veículo e aguardaram a chegada do proprietário do táxi; que ainda no local chegara uma denúncia de um outro taxista de que os elementos responsáveis por aquele roubo estavam num bar chamado Talismã em frente ao aeroporto na Imbiribeira; que o veículo abandonado, um táxi, estava danificado, sem condições de locomoção; que fora solicitado o apoio de uma outra viatura para que ficasse no local guardando o carro, enquanto que o declarante e demais policiais e a vítima iriam até o bar verificar; que chegando ao bar a vítima os reconheceu de imediato; [...] que com o acusado Sérgio foi encontrado um celular e o dinheiro, cujo



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

valor não se recorda; que com o outro acusado foi encontrado a frente de um som, todos os bens reconhecidos pela vítima [...] (fls. 123 – Anderson Francisco da Silva).

O apelante relatou em juízo (fls. 126/127):

[...] que pegou o táxi para fazer uma corrida normal; que a vontade de assaltar deu-se de repente e quando a vontade deu, colocara a mão na bolsa, na sua carteira para simular a existência de uma arma; que no anúncio do assalto o taxista abriu a porta e saiu correndo; que não pensou o que ia exigir porque estava embriagado; [...] que quando o taxista correr ficou nervoso e saiu com o carro; que o outro acusado ficou no banco do passageiro; que dirigia muito nervoso; que como estava embriagado colidira em uma árvore; que pegou alguns pertences sendo dois celulares e o dinheiro, por volta de sessenta e oito reais e o outro acusado a frente do som [...]

Destarte, resta evidenciada a participação do acusado no delito em comento, sendo inviável acatar o pleito defensivo de absolvição, motivo pelo qual deve ser mantida a condenação de Sérgio Barbosa Pereira como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

No que diz respeito à pena aplicada ao acusado, assim se pronunciou o Magistrado *a quo* (fls. 154/155):

O réu SÉRGIO BARBOSA PEREIRA agiu com dolo intenso, sendo primário, de bons antecedentes, verifico que o mesmo possui personalidade reveladora de reduzido senso ético-social, pois nada justifica a opção pelo caminho da criminalidade; que sua conduta encontra-se maculada haja vista portar antecedentes criminais; por sua vez a vítima não deu causa ao fato delituoso, restando consequências graves em face da completa destruição do automóvel objeto do crime. No mais, considerando ter sempre em mente que o "quantum" da pena deve ser aplicado, dentro de uma lógica racional, no sentido de resgatar a ressocialização do delinquente e inibir novos possíveis criminosos, sua aplicação constitui



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

medida suficiente e necessária para sancionar a conduta.

Assim, nos termos do art. 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão; presente a atenuante do art. 65, inciso I e III, alínea 'd', do Código Penal, reduzo a pena em 06 (seis) meses; ausentes agravantes; ausentes hipóteses de diminuição de pena; presente a causa de aumento específica do art. 157, §2º, inciso II, do Código Penal, majoro a pena em um terço, vez que aumento superior seria demasiado para a reprimenda. Assim sendo, torno a pena definitiva em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão.

Fica o réu condenado, ainda, ao pagamento de 150 dias-multa, (...)

A pena privativa de liberdade aplicada aos réus será cumprida, inicialmente, em regime fechado, (...)

Arbitro o *quantum* indenizatório em favor do proprietário do veículo no total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em face da declaração do motorista, vítima, e não tendo a defesa dos réus impugnado dito valor, a título de indenização em face do prejuízo causado pelos réus de forma solidária.

Quando da análise das circunstâncias judiciais, percebo equívoco do magistrado *a quo*, pois considera que o apelante possui bons antecedentes e, em seguida, afirma que sua conduta encontra-se maculada por portar antecedentes criminais.

Verifico, ainda, que a pena base aplicada ao condenado foi apenas 06 (seis) meses acima do mínimo legal. Considero tal fixação incorreta, eis que a vítima não deu causa ao fato delituoso e as consequências do crime foram graves, em razão da completa destruição do automóvel objeto do crime.

Desta forma, deve ser mantido o *quantum* de pena privativa de liberdade aplicado ao apelante.

Saliente-se que, ao contrário da alegação do apelante, o Juízo sentenciante não se olvidou em aplicar a atenuante prevista no art. 65, I, do Código Penal.

No que se refere à pena de multa, o réu foi condenado ao pagamento de 150 (cento e cinquenta) dias multa, fixado cada dia multa à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Nos casos de sanção monetária, a jurisprudência tem se firmado no sentido de que ela deve guardar relação com os ditames do art. 68 do Código Penal, ao passo que o valor do dia multa deve guardar proporcionalidade com a situação econômica do sentenciado.

Logo, considerando as circunstâncias judiciais, bem como as atenuantes e causa de aumento aplicadas no caso, entendo que a pena de multa deve ser reduzida para 60 (sessenta) dias multa, mantendo-se o respectivo valor unitário em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato.

No que tange ao cumprimento da pena, saliente-se que a reprimenda imposta permite a aplicação do regime semiaberto. Entretanto, à míngua de qualquer fundamentação específica, o juízo sentenciante fixou o regime inicial fechado. Destarte, não houve observância da **Súmula nº 719 do STF**, que assim dispõe: **A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea.**

Em decorrência, altero o regime do acusado para o semiaberto, nos termos do art. 33, § 2º, *b*, do CP.

Verifico, ainda, a fixação da quantia de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de indenização.

Ora, em que pese o fato delituoso ter ocorrido após a vigência da Lei nº 11.719/08, que possibilita a fixação do valor mínimo de indenização à vítima, a implementação de tal ônus exige pedido expresso e o consequente contraditório, requisitos ausentes no caso em tela.

Desta forma, deve ser excluída a indenização fixada.

Neste sentido:

Roubo majorado. Condenação: autorizada quando os agentes do crime foram identificados, em juízo, pela vítima. Concurso de agentes: configurado diante da divisão e coordenação de tarefas no momento da empreitada. **Indenização mínima ao ofendido: exige pedido expresso, bem ainda a submissão da liquidação ao contraditório.** Deram parcial provimento aos apelos defensivos para reduzir a pena aplicada. Unânime. (TJRS - **Apelação Crime Nº 70042222489, Quinta Câmara Criminal,**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Relator: Amilton Bueno de Carvalho, Julgado em 22/06/2011).

APELAÇÃO CRIME. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE AGENTES. EMPREGO DE ARMA. RECEPÇÃO DOLOSA. CRIME CONTRA O SISTEMA NACIONAL DE ARMAS. DISPARO DE ARMA DE FOGO. (...) **Afastada a indenização fixada na sentença com base no art. 387, IV CPP, uma vez que atenta contra os princípios do contraditório e da ampla defesa, porquanto não foi ela objeto de discussão no processo. (...) APELO MINISTERIAL E DEFENSIVO PROVIDOS EM PARTE. (TJRS - Apelação Crime Nº 70042124552, Sexta Câmara Criminal, Relator: Cláudio Baldino Maciel, Julgado em 09/06/2011)**

Diante de tais considerações, VOTO PELO PROVIMENTO PARCIAL do recurso de SÉRGIO BARBOSA PEREIRA, a fim de mantida a condenação, reduzir a pena de multa para 60 (sessenta) dias multa, modificar o regime de cumprimento da pena para o semiaberto e excluir a indenização fixada.

Nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, estendo os efeitos da presente decisão ao corréu Ivanildo do Nascimento Aleixo, por se encontrar na mesma situação fático processual do ora recorrente.

É como voto.

Recife, 21 de Maio de 2014

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos

Apelação Criminal Nº: 0011726-71.2010.8.17.0001 (0235397-1)
Comarca: Recife
Juízo: 11ª Vara Criminal
Apelante: Sérgio Barbosa Pereira
Advogada: Felix Santos
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Órgão Julgador: 1ª Câmara Criminal
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Fausto Campos

VOTO DE REVISÃO

O apelante Sérgio Barbosa Pereira, denunciado e condenado como autor do crime tipificado no art. 157, § 2º, inciso II, do CP, insurge-se contra a sentença condenatória pleiteando os seguintes requisitos: o réu não contribuiu para a prática criminosa; inexistência de indícios de autoria; a vítima não reconheceu o réu; aplicação da atenuante prevista no art. 65, I do CP (ser o agente menor de 21 anos na data do fato) e aplicação da pena-base ao mínimo legal.

Analisando detidamente o caderno processual, vejo que razão não assiste ao Apelante em pleitear sua absolvição, tendo em vista que a Acusação formulada na denúncia quanto à condenação estão lastreadas nas provas judiciais. Vejamos.

A materialidade delitiva restou consubstanciada no auto de apresentação e apreensão de fl. 26 dos autos.

A autoria delitiva ficou comprovada através dos depoimentos dos policiais em juízo, às fls. 122/123, os quais afirmaram que ao receberem um comunicado que havia sido roubado um táxi, logo após o CIODS os encaminharam para a Av. Recife, pois havia um táxi colidido com um poste e ao verificar constataram que se tratava do carro roubado. Foi aguardada a presença do taxista que atestou ser dele o carro roubado. Após, foi informado por um taxista que os responsáveis pelo roubo estavam bebendo num bar em frente ao aeroporto, que ao chegar nesse bar com a vítima os dois acusados encontravam-se bebendo e prontamente foi reconhecido pela vítima como os autores do referido crime.

Em juízo, às fls. 126/127, o acusado Sérgio Barbosa Pereira afirmou:

"que confessa o assalto porque toma remédio controlado e misturou com bebida; que de fato ficou nervoso, e está arrependido e acabou colidindo com uma árvore e depois foi beber com os comparsas; que quando a polícia abordou confessaram o crime e correu tudo bem."

Portanto, verifico que há consonância das provas colhidas nos autos, entre elas, os depoimentos acima citados e a própria confissão do acusado em juízo, não havendo dúvida quanto à condenação do crime de roubo. O Apelante cometeu uma infração penal e tinha plena consciência dos seus atos e



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos



das consequências jurídicas, tendo o livre arbítrio de comportar-se de acordo com a Lei.

Com relação à dosimetria da pena, o juiz sentenciante aplicou a pena-base acima do mínimo legal que foi de 06 (seis) meses, levando em consideração as circunstâncias judiciais negativas.

Assim, entendo correta a aplicação da pena-base acima do mínimo legal, eis que fixada em quantidade proporcional e razoável ante as demais circunstâncias judiciais desfavoráveis demonstradas pelo magistrado.

Quanto à alegação do Apelante da não aplicação da atenuante do art. 65, I, do CP (ser o agente menor de 21 anos na data do fato), verifico que o juiz *a quo* considerou tal atenuante como se encontra expresso à fl. 154 dos autos.

Ademais, considerando as circunstâncias judiciais desfavoráveis e a pena ao final aplicada em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, entendo pela redução da pena de multa em 60 (sessenta) dias-multa, no valor de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, haja vista a situação econômica do réu, além de guardar proporcionalidade com a pena aplicada.

Em relação ao regime inicial do cumprimento da pena, percebo pela modificação do regime fechado para o semiaberto, conforme o art. 33, §2º, b, do CP, além da falta de motivação idônea do regime fechado imposta na sentença.

Por fim, aplicou o juiz a indenização de R\$ 8.000,00 (oito) mil reais a título de indenização a vítima.

Após a edição da Lei 11.719/08, que se refere à fixação do valor mínimo da indenização à vítima, é exigível pedido expresso dela, bem ainda a submissão da liquidação ao contraditório. Sendo assim, excludo esta indenização pela falta desses requisitos no caso em concreto exigidos pela Lei citada.

Desse modo, voto pelo provimento parcial do apelo para reduzir a pena de multa em 60 (sessenta) dias-multa, modificar o regime inicial da pena para o semiaberto e a exclusão da indenização fixada.

Verifico que existe um corrêu na referida ação penal, mas ele não apelou da sentença, assim, estendo os efeitos dessa decisão por se encontrar na mesma situação jurídica do Apelante, conforme o art. 580 do CPP.

Recife, 21 de Maio de 2014

DES. FAUSTO CAMPOS

Revisor